

A . I. N° - 281400.0006/05-1
AUTUADO - MARIA CONCEIÇÃO AZEVEDO RAMOS
AUTUANTE - THOMAZ DE AQUINO BARROS JÚNIOR
ORIGEM - INFAZ SENHOR DO BONFIM
INTERNET - 30/06/05

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0215-01/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS. **a)** FALTA DE PAGAMENTO. Comprovado o cometimento da infração. **b)** PAGAMENTO A MENOS. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 13/04/2005, exige imposto no valor de R\$1.107,55, pelas seguintes irregularidades:

- 1) deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outra unidade da Federação, ocorridas em março de 2004, no valor de R\$1.060,46;
- 2) efetuou recolhimento a menos do ICMS por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outra unidade da Federação, ocorridas nos meses de agosto e setembro de 2004, no valor de R\$47,09.

O autuado, às fls. 38/39, apresentou defesa alegando que foram incluídas notas fiscais que já se encontram recolhidos os valores da antecipação parcial, nos meses de agosto e setembro de 2004, referente aos documentos fiscais n°s 489731, 492352, 545010, 339376, 339377, 348137 e 034424, além de se repetir a cobrança das mercadorias indicadas nas notas fiscais 489731 e 492352.

Requeru que fosse retirado do demonstrativo a cobrança acima indicada para que o contribuinte não venha a ser apenado pelo pagamento em duplicidade. Anexou cópia dos DAEs (fl. 41).

O autuante, às fls. 44/45, informou que os valores devidos em relação às aquisições interestaduais acobertadas pelas notas fiscais que o autuado relacionou à fl. 38 dos autos foram deduzidos dos recolhimentos, através de DAEs nas quantias de R\$ 112,81 e R\$ 93,33, mesmo assim, identificou que os mesmos não foram suficientes para quitar a antecipação parcial devida naqueles meses.

Também, esclareceu que não se trata de cobrança em duplicidade a repetição dos documentos fiscais n°s 489731 e 492352. Foram desmembrados os itens constantes naqueles documentos que continham códigos de CFOP distintos, ou seja, vendas de mercadorias do próprio estabelecimento e vendas de mercadorias adquiridas de terceiros. Como o § 4º do art. 352-A do RICMS/BA prevê a redução de 50% do valor da antecipação parcial a recolher nas aquisições apenas da indústria, houve a separação dos itens no demonstrativo.

VOTO

Na presente ação fiscal foi exigido imposto pela falta de recolhimento e por recolhimento a menos do valor devido por antecipação parcial, referente aquisição de mercadorias oriundas de outra unidade da Federação, por contribuinte microempresa- SimBahia.

Analisando as peças processuais constato que o autuado não impugna o item 01 do Auto de infração que se refere ao valor devido em relação ao mês de março de 2004 e, tendo o autuante anexado cópias reprográficas dos documentos fiscais fornecidos pelo próprio autuado, já que se trata de 1ª via, além de ter elaborado demonstrativo do cálculo da apuração do valor devido, atendendo ao disposto no art. 12-A da Lei nº 7.014/96, com alteração dada pela Lei nº 8.967, de 29/12/2003, efeitos a partir de 01/03/04, mantenho o procedimento fiscal.

Já em relação a infração 02, a mesma trata de recolhimento a menos. O autuado questiona ter sido indicado em duplicidade os documentos fiscais nºs 489731 e 492352 e, inclusive, já ter efetuado o recolhimento da antecipação parcial, em relação às aquisições apontadas nos meses de agosto e setembro de 2004.

Efetivamente, não houve lançamento em duplicidade, o autuante identificando que, apesar do autuado ter efetuado suas aquisições diretamente a estabelecimento industrial e, estando consignado nas notas fiscais de aquisição das mercadorias que parte das mesmas se referiam as operações com mercadorias recebidas e/ou adquiridas de terceiros (CFOP 6102), que diz respeito a operações com mercadorias adquiridas de terceiros, o autuante interpretou o previsto no § 4º do art. 352-A do RICMS/97, concluindo que o percentual de 50% diz respeito apenas para as aquisições de mercadorias de fabricação do próprio estabelecimento remetente. Assim, apurou diferença a recolher, nas quantias de R\$ 22,80 e R\$ 24,29, respectivamente.

Entendo correto o posicionamento do autuante, pois o estabelecimento, mesmo sendo industrial, ao adquirir mercadorias para revenda se equipara a um atacadista, não tendo, o autuado, nesta situação, direito ao benefício fiscal estabelecido na disposição regulamentar acima citada. Mantida a ação fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281400.0006/05-1**, lavrado contra **MARIA CONCEIÇÃO AZEVEDO RAMOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.107,55**, acrescido da multa de **50%**, prevista no art. 42, I, “b”, da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de junho de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR